

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.265.509 - SP (2018/0063646-8)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : TAMIRIS NAYARA LEME
ADVOGADOS : THIAGO PELEGRINI SPADON - SP236988
DANIEL ZAGO FARDIN - SP229413
AGRAVADO : PROFLIGHT - ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA
ADVOGADO : LUCAS DE ANDRADE - SP306504

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, COMBINADA COM DANOS MORAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. ALEGADA AFRONTA AO ART. 1022, INCISO II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO. OBRIGAÇÃO RECONHECIDA NA CORTE LOCAL. ELEMENTOS DE CONVICÇÃO CARREADOS AOS AUTOS QUE NÃO COMPROVAM O DIREITO ALEGADO PELA AUTORA DA AÇÃO. ENTENDIMENTO DIVERSO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONHECIDO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por TAMIRIS NAYARA LEME contra decisão que inadmitiu o recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 356, e-STJ):

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - Ação declaratória de inexistência de debito c/c. indenização por danos morais - Contrato de Prestação de serviços educacionais - Elementos dos autos impõe conclusão de que desistência ocorreu após a autora ter assistido a aulas do curso contratado - Ainda que tenha alterado o conteúdo de suas

Superior Tribunal de Justiça

afirmações anteriores nestas razões rccursais, pelas provas coligidas e analisadas em conjunto com a cópia do diário de classe, resulta robustecida correção de suas afirmações firmes na inicial, na notificação extrajudicial, no agravo de instrumento precedente e na réplica de que após a primeira aula desistiu, não havendo como afastar que assistiu à primeira aula ministrada e a outras, restando hígidas as duplicatas protestadas, de período anterior à desistência reconhecida - Ação improcedente - Sentença mantida por seus próprios fundamentos nos termos do RITJSP, artigo 252 - Negado provimento ao recurso, e majorados honorários advocatícios (NCPC, art. 85, §§2º e 11).

Nas razões do recurso especial (fls. 388-431, e-STJ), a recorrente apontou, além da existência de dissídio jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos normativos: arts. 341, 373, inciso II, e 1.022, inciso II, do CPC/2015; arts. 186, 327, 394, 396 e 476 do CC; e art. 6º, inciso VIII, do CDC.

Sustentou, em síntese: a) existência de omissão no julgado recorrido; b) que, à exceção da primeira prestação, a recorrente estaria desobrigada de efetuar o pagamento das parcelas seguintes do contrato; c) as alegações contidas na exordial deveriam ter sido presumidas como verdadeiras pelo Tribunal de origem; d) o único fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito invocado pela recorrente foi completamente infirmado no acórdão recorrido; e) inobservância da regra de pagamento a ser realizada no domicílio do devedor; f) a mora do credor deveria ter sido reconhecida; f) o devedor não incorre em mora na hipótese de não existir fato ou omissão a ele impugado; h) inexistência de qualquer fato ou omissão imputável à recorrente que viesse a caracterizar a sua mora; i) ser aplicável, ao caso, a exceção do contrato não cumprido; j) a regra de facilitação da defesa dos direitos da recorrente não foi observada na origem; l) prequestionamento de todos os artigos apontados nas razões do apelo; e m) houve desconsideração da avença firmada entre as partes no momento da desistência do curso.

Contrarrazões apresentadas às fls. 463-474, e-STJ.

Em decisão monocrática (fls. 476-477, e-STJ), a Corte local indeferiu o

Superior Tribunal de Justiça

processamento do apelo nobre, motivo pelo qual foi interposto o agravo em recurso especial (fls. 480-499, e-STJ).

Contraminuta ofertada às fls. 502-512, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não prospera.

Registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No tocante à alegada afronta ao art. 1.022, inciso II, do CPC/2015, sem razão a recorrente.

Isto porque, conforme a jurisprudência desta Corte, estando devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação ao referido dispositivo da legislação processual.

A propósito, o julgado a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS CUMULADA COM DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULOS COM ANTECIPAÇÃO PARCIAL DA TUTELA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais cumulada com declaratória de inexigibilidade de títulos com antecipação parcial da tutela

2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art.

Superior Tribunal de Justiça

1022 do CPC.

3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

5. Agravo interno em agravo em recurso especial desprovido. (AgInt no AREsp 1381582/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 21/08/2019)

Por outro lado, no que interessa ao julgamento da presente controvérsia, a Corte local, com base na análise do conjunto probatório carreado aos autos, manteve a sentença que julgou improcedente os pedidos veiculados na inicial, a qual concluiu pela existência da obrigação em razão da comprovação da prestação de serviços educacionais por parte da recorrida, consoante se observa nas seguintes fundamentações do acórdão recorrido (fls. 358-359, e-STJ):

E no caso concreto, observa-se que houve contratação para o curso de comissária de bordo, o qual previa duração de quatro meses, a ocorrer entre os dias 24/04/2010 a 03/08/2010 (fls. 97/100). Comprova a autora ter quitado a primeira parcela avençada (fl. 33), reconhecendo ter participado da aula inaugural do curso, e de outras também participou, conforme diário de classe.

E embora em suas razões recursais tenha modificado tal assertiva, dizendo que procedeu ao cancelamento do contrato no final de março, acordando com a possibilidade de assistir à primeira aula, essa alegação é desconectada de todas as demais afirmativas que articulou nos autos. Consta expressamente em suas alegações da petição inicial, da notificação extrajudicial (fls. 44/46), do agravo de instrumento (fls. 65/78) e da réplica (fls. 117/128) que cursou a primeira aula e que, por razões alheias, procedeu ao cancelamento do curso após ter assistido essa primeira aula do curso (fls. 03, 44, 67 e 119).

Ainda que verossímil que a apelada não forneça cópia do pedido de desistência, já que nos formulários por ela acostados para utilização de paradigma (fls. 182/183) não consta data de protocolo (não significando que não tenha sido aceita), é incontroverso que a autora assistiu à primeira aula do curso, a qual foi ministrada no dia 24 de abril de 2010 (fl. 179), e também a outras, elementos que aliado à falta de envio

Superior Tribunal de Justiça

de boletos das parcelas seguintes implica reconhecer admissão pela escola de ulterior desistência e não de pretérita desistência, conclusão que se amolda ao expressamente pactuado.

Do contexto, demonstrado que os títulos protestados relativos às parcelas de abril e maio são devidos, em função da cláusula 13, § 2º, razão também que robustece a ausência de protesto das demais parcelas, pois somente poderia ser cobrada até a parcela do mês seguinte. E não havendo impugnação ou pedido de nulidade de referida cláusula contratual, tendo em vista que o objeto da ação ataca tão somente a criação dos títulos, se a autora não demonstrou o pagamento das parcelas, olvida-se que a negativação - foi regular (art. 188,1 do CC), não amparando a procedência dos pedidos de declaração de nulidade dos títulos e indenização por danos morais.

Desse modo, para afastar as premissas firmadas pela Corte local, no tocante à obrigação reconhecida na causa, seria necessário o revolvimento do conteúdo-fático probatório dos autos, procedimento vedado na via especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido, os precedentes a seguir:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. DOCUMENTOS. JUNTADA. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. PREJUÍZO. NULIDADE. AUSÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. FUNDAMENTO SUFICIENTE. FALTA DE IMPUGNAÇÃO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a demonstração de prejuízo para a defesa é imprescindível para a ocorrência da nulidade, o que decorre do princípio da instrumentalidade das formas adotado pelo sistema processual civil vigente. 3. Reapreciar a conclusão do tribunal de origem, acerca da ausência de nulidade da sentença pela juntada posterior de documentos pelo autor, sequer mencionados na sentença, encontra óbice nas Súmulas nºs 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça, haja vista a necessidade de reexame de circunstâncias fáticas da causa e de cláusulas contratuais.

Superior Tribunal de Justiça

4. A interposição do recurso especial, deixando a parte recorrente de infirmar especificamente os fundamentos suficientes do acórdão recorrido, atrai a incidência da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1253664/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 19/06/2018)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SERVIÇOS EDUCACIONAIS. CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE. PROPAGANDA ENGANOSA. OMISSÃO. INFORMAÇÃO. REGISTRO. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. LEI Nº 12.249/2010. RESCISÃO CONTRATUAL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. TRIBUNAL DE ORIGEM. AÇÃO IMPROCEDENTE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Ação de rescisão de contrato com pedido de indenização por danos morais em decorrência da impossibilidade de efetuar o exame para o registro de Técnico em Contabilidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC. Curso com previsão de término para data posterior à prova.

3. A fixação da data para a realização da última prova de suficiência decorreu da Lei nº 12.249/2010, sem nenhuma ingerência por parte da demandada.

4. Falta de indícios da prática de propaganda enganosa. Responsabilidade civil afastada pelo tribunal de origem, que julgou improcedente a ação. Premissas que foram extraídas do acervo fático-probatório e da análise do contrato firmado entre as partes. Incidência das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1700783/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018)

Outrossim, no tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, o seu conhecimento se mostra inviável, uma vez que o óbice da Súmula 07/STJ obsta a admissão do Recurso Especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL.**

Superior Tribunal de Justiça

ADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7. DISSÍDIO PREJUDICADO.

(...)

4. Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

5. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos infringentes. (EDcl no AgInt no AREsp 275.906/ES, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 24/11/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

(...)

4. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 921.994/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 28/11/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator